

HERBERT MARCUSE

CULTURA E SOCIEDADE

Volume II

Tradução:
Wolfgang Leo Maar
Isabel Maria Loureiro
Robespierre de Oliveira



PAZ E TERRA

©Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main 1965
Título do original: *Kultur und Gesellschaft 2*
Continuação de: *Cultura e Sociedade I*

Tradução: Wolfgang Leo Maar,
Isabel Maria Loureiro e
Robespierre de Oliveira
Edição de texto: Patrícia Maria Silva de Assis

Produção Gráfica: Katia Halbe
Diagramação: Adra Cristina Martins Garcia
Capa: Isabel Carballo

CIP-Brasil Catalogação-na-Fonte
(Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ, Brasil)
Marcuse, Herbert 1898-1979
Cultura e sociedade, volume II/Herbert Marcuse
Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998
ISBN 85-219-0294-8

M277c

1. Antropologia cultural 2. Cultura
3. Filosofia alemã I. Título

98-0054

CDD 306
CDU 301

EDITORA PAZ E TERRA S.A.
Rua do Triunfo, 177
01212-010 — São Paulo-SP
Tel.: (011) 223-6522
Rua Dias Ferreira n.º 417 — Loja Parte
22431-050 — Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (021) 259-8946

1998

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Índice

Sobre os fundamentos filosóficos do conceito de trabalho da ciência econômica	7
O existencialismo	51
A obsolescência da psicanálise	91
Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber	113
Ética e revolução	137
Comentários para uma redefinição de cultura	153

Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber¹

Industrialização e capitalismo se tornam problemáticos na obra de Max Weber em dois aspectos: enquanto destino histórico do Ocidente e enquanto destino atual da Alemanha criada por Bismarck. Como destino do Ocidente, industrialização e capitalismo constituem as realizações decisivas daquela racionalidade ocidental, da idéia de razão que Max Weber rastreia em suas manifestações abertas e encobertas, progressivas e regressivas. Como destino da Alemanha, elas determinam para Max Weber a política do Reich: em primeiro lugar a tarefa histórica da burguesia alemã na transformação do Estado feudal-conservador, a seguir na democratização e, por fim, na luta contra a revolução e o socialismo. O que motiva a luta apaixonada e — para usar de franqueza — cheia de ódio contra as tentativas socialistas de 1918 é essencialmente a idéia de uma relação fatidicamente determinada entre industrialização, capitalismo e autoconservação nacional. Para Max Weber, o socialismo contradiz a idéia da razão ocidental e a idéia do Estado nacional — por isso o socialismo constituiria um equívoco da história mundial, para não dizer até mesmo um crime da história mundial. (Aqui ousamos perguntar: que diria Max Weber se tivesse visto que o Oriente, e não o Ocidente, desenvolve de modo extremo a racionalidade ocidental em nome do socialismo?) Conforme Max Weber, independentemente do que possa infligir aos homens, o capitalismo precisa, em primeiro lugar e previamente a qualquer valorização, ser apreendido como razão necessária.

Na análise do capitalismo industrial de Max Weber se inter-relacionam por princípio motivos filosóficos, histórico-sociológicos e políticos. Sua teoria da neutralidade axiológica interna da ciência logo se revela como aquilo que é na prática: a tentativa de tornar a ciência livre para a aceitação de valores vinculantes impostos a partir de seu exterior. Essa função da teoria da ciência weberiana encontra-se exposta claramente desde o *Discurso de posse de Freiburg*, que com total franqueza subordinava a economia política axiologicamente neutra às exigências do poder político nacional. Mais tarde ele próprio explicitaria a mesma questão com toda a nitidez (na reunião da *Associação de política social*)²:

A razão pela qual em qualquer oportunidade me dirijo tão incisivamente, até mesmo com certo pedantismo, contra a interferência do dever-ser [*Seinsollen*] no ser [*Seiende*] não reside em que subestimo a questão do dever, mas justamente no contrário: porque não suporto quando problemas de importância mundial, da maior influência ideal, que num certo sentido constituem os problemas mais elevados que conseguem movimentar os homens, sejam aqui convertidos em uma "questão de produtividade" técnico-econômica e em objeto de discussão de uma disciplina *técnico-especializada* [*Fach*] como a economia política.

Porém o dever-ser assim subtraído da ciência (que é mera disciplina especializada) por essa via simultaneamente está protegido da ciência e imunizado em relação à crítica científica: a partir do material do trabalho científico "o valor daquele ideal nunca poderá ele próprio ser eduzido"³.

Mas justamente a análise do capitalismo industrial de Max Weber mostra que o conceito da neutralidade científica, ou melhor, impotência científica, não pode ser mantido frente ao dever, ao ideal: a formação conceitual filosófico-sociológica, pura, axiologicamente neutra em seu próprio desenvolvimento se converte em crítica de valores e vice-versa: os conceitos científicos puros, axiologicamente neutros, desvendam os valores neles contidos — convertem-se numa crítica do

existente dado à luz do que o dado faz aos homens (e às coisas). O "dever-ser" se mostra no "ser": o esforço tenaz do conceito provoca sua manifestação.

Em *Economia e sociedade* (*Wirtschaft und Gesellschaft*), a obra de Max Weber mais desprovida de valores, em que o método das definições formais, classificações, tipologias promove verdadeiras orgias, o formalismo se converte na agudeza do conteúdo. Essa concretização autêntica constitui o resultado do domínio sobre um material imenso, uma erudição hoje inconcebível, um saber que pode se dar ao luxo de abstrair porque é capaz de distinguir o essencial do acessório, a realidade da manifestação. A teoria formal logra com seus conceitos abstratos aquilo por que se esforça uma sociologia hostil à teoria positivista, pseudo-empírica: a definição efetivamente verdadeira da realidade efetiva. Assim o conceito do capitalismo industrial se torna concreto na teoria formal da *racionalidade* e da *dominação* — os dois temas fundamentais de *Economia e sociedade*.

Procuremos em primeiro lugar expor o nexo entre capitalismo, racionalidade e dominação na obra de Max Weber. Em sua forma mais geral: a idéia especificamente ocidental da razão se realiza efetivamente em um sistema da cultura material e intelectual (economia, técnica, "modo de vida", ciência, arte), que encontra seu desenvolvimento pleno no capitalismo industrial, e esse sistema tende a um tipo específico de dominação, que se converte no destino do período atual — burocracia total. A idéia da razão como racionalidade ocidental constitui o conceito abrangente e fundante; comecemos por ele.

Em Max Weber existe uma racionalidade que só se tornou efetiva no Ocidente, que formou o capitalismo (ou ao menos participou de sua conformação) e que decidiu acerca de nosso futuro imediato: a tentativa de determiná-la em suas múltiplas determinações constitui uma grande parte da obra de Weber. O "espírito do capitalismo", tal como o descreve o primeiro volume da *Sociologia da religião*, é um desses modos fenomênicos; o prefácio dessa obra já indica programaticamente que a racionalidade que se manifesta com palavras e

atos no capitalismo distingue de modo fundamental a forma ocidental da industrialização de todas as outras formas da economia e da técnica.

Enumeremos inicialmente os elementos característicos ao conceito weberiano de razão:

1. matematização progressiva da experiência e do conhecimento, que, partindo das ciências naturais e de seus êxitos estrepitosos, abrange as demais ciências e o próprio “modo de vida” (quantificação universal);

2. insistência na necessidade de experimento racional e de provas racionais na organização da ciência, bem como no “modo de vida”; e

3. o resultado dessa organização, que é decisivo para Max Weber, a saber: o surgimento e a consolidação de uma organização universal de funcionários instruída por especialização técnica, que se converte em “poder mágico absolutamente inevitável de toda a nossa existência”⁴.

Com esta última determinação se completaria a transição da razão teórica para a razão prática, para a configuração histórica da razão. A consciência de sua historicidade específica apresentava-se desde o início com ou justamente por causa de seu caráter abstrato no conceito da *ratio* de Max Weber; veremos que não se sustentará no curso da análise weberiana, abdicando num ponto decisivo. Na sociologia de Max Weber a racionalidade formal se torna, sem solução de continuidade, em racionalidade *capitalista*; assim ela aparece tal como se expressa tipicamente na “ascese intramundana”, enquanto modo metódico de domar o irracional “impulso de ganho” (*Erwerbstrieb*).

Nessa “domesticação” a razão ocidental se torna razão econômica do capitalismo — aspiração por um lucro sempre renovado no empreendimento (*Betrieb*)⁵ capitalista racional e ininterrupto. Nesses termos a racionalidade se torna condição de *rentabilidade*, por sua vez orientada por um cálculo sistemático, metódico, “cálculo capitalista”.⁶

Na base dessa racionalidade reina a *abstração*, que, ao mesmo tempo teórica e praticamente, obra da organização científica

e social, determina o período do capitalismo: pela redução de qualidade em quantidade. Como funcionalização universal (tal como se expressa economicamente no valor de troca) ela se torna pressuposto de *eficiência* calculável — eficiência *universal*, na medida em que a funcionalização possibilita domínio sobre todas as particularidades (reduzidas a quantidades e valores de troca). A razão abstrata se torna concreta no *domínio* calculável e calculado sobre a natureza e sobre os homens. Assim a razão focalizada por Max Weber se revela como razão *técnica*: produção e transformação de material (humano e de coisas) por meio do *aparato* construído metódica e cientificamente com vistas à eficiência calculável, cuja racionalidade organiza e controla coisas e homens, fábricas e burocracia de funcionários, trabalho e tempo livre. — Controla *com que objetivo*? O conceito weberiano de razão até agora foi definido de modo “formal”: como a abstração quantificadora, abstração de todas as particularidades, a abstração que possibilita a eficiência universalmente calculável do aparato capitalista. Mas agora se apresentam os *limites da razão formal*: nem o *para que* da construção científico-técnica, nem a *matéria* da construção (seus sujeitos e objetos) podem ser deduzidos a partir do conceito de razão; rompem de antemão o conceito formal “axiologicamente neutro” da *ratio*. Na racionalidade capitalista, tal como Max Weber a analisa, esses elementos *previamente dados* à razão, que a limitam *materialmente*, aparecem em dois fatos históricos:

1. o sustento dos homens — o objetivo da prática econômica — ocorre no plano das chances calculadas de ganho *da economia privada*, isto é, no âmbito do *lucro* do empresário individual e das empresas individuais;

2. portanto a existência dos homens a serem sustentados é *dependente* das chances de ganho da empresa capitalista — uma dependência que adquire corpo de modo extremo no trabalho “livre” existente à disposição do empresário.

No sentido weberiano da formação conceitual, esses fatos são dados de fora à *ratio* formal, porém enquanto fatos históri-

cos limitam a validade geral do próprio conceito. Segundo Max Weber, a racionalidade capitalista encontra o nexos central de sua realidade efetiva na iniciativa (*Unternehmung*) privada; o empresário é uma pessoa livre, responsável ele mesmo por seus cálculos e pelos seus riscos. Enquanto tal o empresário é *cidadão* (*Bürger*), e o modo de vida da burguesia (*Bürgertum*) encontra na “ascese intramundana” sua expressão representativa. Tal concepção ainda se manteria válida hoje? A burguesia em que Max Weber enxergou o portador (*Träger*) do desenvolvimento industrial ainda é o portador do desenvolvimento industrial do capitalismo desenvolvido? A racionalidade capitalista desenvolvida ainda é a razão gerada na “ascese intramundana”? Penso que a resposta a essa questão deve ser negativa. Na consumação da própria racionalidade capitalista as formas que lhe foram atribuídas por Max Weber foram demolidas, superadas, e sua demolição faz com que a *ratio* da industrialização capitalista apareça sob uma luz bem diferente — à luz de sua irracionalidade. Para apontar apenas uma única questão: a “ascese intramundana” já não constitui uma força impulsora no capitalismo desenvolvido, converteu-se antes em uma restrição que serve à conservação do sistema. Keynes denunciou-a como tal, e na “sociedade afluyente” ela se torna perigosa sempre que se coloca no caminho da produção e do consumo de mercadorias supérfluas. Certamente também o capitalismo desenvolvido é construído sobre o “sacrifício”: a luta pela existência e a exploração da força de trabalho precisam continuar de modo sempre mais intenso se a acumulação ampliada deve permanecer possível; aqui a *planned obsolescence* (obsolescência planejada), a contra-razão metódica se torna necessidade social. Esse já não é o modo de vida da burguesia como classe que desenvolve as forças produtivas — é muito mais o estigma da destruição produtiva nos termos da administração total. E o cálculo capitalista da rentabilidade e da eficiência matematizadas festeja seus maiores triunfos no cálculo assumido do ocaso, do risco da destruição de si próprio frente à destruição do inimigo.

Assim, no desenvolvimento da racionalidade capitalista a *irracionalidade* se torna *razão*: razão enquanto desenvolvimento frenético das forças produtivas, conquista da natureza, ampliação da riqueza de mercadorias (e do acesso a elas mesmas para camadas mais amplas da população); mas irracional porque a produtividade superior, a dominação da natureza e a riqueza social se tornam forças destrutivas, destrutivas não só no sentido figurado, na liquidação dos chamados valores superiores, mas em sentido literal: a luta pela existência se aguça tanto no plano interno dos Estados nacionais como no plano internacional, e a agressão represada se descarrega na legitimação de crueldades medievais (a tortura) e no genocídio promovido cientificamente. — Houve uma previsão desse desenvolvimento por parte de Max Weber? A resposta é: não, na medida em que se acentua a “visão”. Contudo ela se encontra implícita em sua formação conceitual, e de modo tão profundo que aparece como inevitável, como definitivo e por isso aparece novamente como racional (no mau sentido).

O conceito axiologicamente neutro da racionalidade capitalista se converte no curso da análise weberiana em conceito crítico — crítico não somente no sentido “científico-puro” mas no de crítica “valorativa”, de proposição de fins da reificação.

Porém a seguir a crítica se detém, aceita o supostamente inevitável e se torna apologética — pior ainda, torna-se denúncia da alternativa possível: de uma racionalidade histórica qualitativamente diferente. Com muita clarividência Max Weber determinou ele próprio o limite de sua formação conceitual; ele se definiu como “burguês” e identificou seu trabalho com a missão histórica da burguesia; em nome dessa suposta missão aceitou a aliança de setores representativos da burguesia alemã com os organizadores da reação e da repressão; aos adversários políticos da esquerda radical recomendou o manicômio, o jardim zoológico e o tiro de revólver; vociferou contra os intelectuais que dedicaram sua vida à revolução.⁷ O lado pessoal serve aqui apenas para ilustrar o lado conceitual: mostrar como o próprio conceito de *ratio*, em seu conteúdo crítico,

permanece preso à sua origem: a “razão” permanece razão *burguesa* — e até mesmo apenas uma parte desta, a saber, razão capitalista-técnica. Procuremos agora reconstruir o desenvolvimento interno do conceito weberiano da razão capitalista. O *Discurso de posse de Freiburg* visa à industrialização capitalista inteiramente como nexos de poder político: como imperialismo. Somente a grande indústria em seu desenvolvimento pode garantir a independência da nação na disputa concorrencial internacional progressivamente acirrada. Uma política de poder imperial exige industrialização intensiva e extensiva — e vice-versa. A economia precisa servir à razão de Estado do Estado político nacional, trabalhando com os seus meios. A colonização e a força militar são meios dessa ordem — meios para a realização dos objetivos e dos valores extracientíficos aos quais a economia axiologicamente neutra precisa se subordinar. Como razão histórica, a razão de Estado exige a dominação daquela classe que pode executar a industrialização e por essa via realizar a ascensão da nação — a dominação da *burguesia*. É perigoso quando (como os *Junker* na Alemanha) uma “classe economicamente decadente detém em suas mãos a dominação”⁸. Assim, pressionada por valores políticos, extracientíficos, a ciência econômica se torna em Max Weber na crítica político-sociológica do Estado fundado por Bismarck. E essa crítica antecipa de maneira inaudita o futuro; a classe com vocação histórica, a burguesia, é “imatura” na Alemanha; em sua debilidade anseia por um novo César que a dispense de agir⁹.

A tomada do poder pela classe burguesa; isto significava naquela época a democratização do Estado ainda pré-burguês, mas a imaturidade política da burguesia alemã não consegue nem efetivar nem evitar essa democratização e apela para o cesarismo — a democracia correspondente à industrialização capitalista ameaça reverter em ditadura plebiscitária; a *ratio* burguesa conjura o *carisma* irracional. Essa dialética da democracia burguesa, da própria razão burguesa, inquietaria reiteradamente Max Weber; ela se expressa da maneira mais incisiva em *Economia e sociedade*. Voltaremos ao assunto. Agora ainda

há que assinalar que Max Weber previu também o desenvolvimento posterior da outra classe fundamental do capitalismo, o proletariado, mais acertadamente do que a maioria dos socialistas de então, repetindo assim praticamente o que Bismarck já dissera em 1865: “O perigo não são... as massas”, afirmava o *Discurso de posse*¹⁰ (1895!) — não serão os dominados que impedirão ou até derrotarão a política imperialista; mas, ao contrário, são “as classes dominantes e ascendentes” que representam tal ameaça — ameaça para as chances de a nação sobreviver na luta concorrencial internacional.

Procuremos agora o conceito de capitalismo de Max Weber ali onde (aparentemente), se encontra distanciado do nexo concreto com o poder político imperialista e desenvolvido em sua pureza científica axiologicamente neutra: em *Economia e sociedade*. Aqui o capitalismo encontra-se definido em primeiro lugar como forma de “ganho econômico racional” (*Rationalen wirtschaftlichen Erwerbens*):

O cálculo capitalista é estimativa e controle de chances de ganho e [...] se realiza pela comparação do montante estimado de dinheiro, por um lado, de todos os bens (em espécie ou em dinheiro) no início e, por outro lado, dos bens (ainda disponíveis e a serem criados) no final do empreendimento ou, no caso de uma empresa que continua: um período de cálculo, mediante um balanço inicial e final.¹¹

Até na mais intimidante sintaxe se revela o esforço (poderíamos dizer: provocativo) de definir de modo puramente científico, de abstrair de tudo o que é humano, histórico: aqui se trata de negócios e nada mais. Em face desse comportamento, torna-se quase chocante quando na página seguinte se destaca: “O cálculo capitalista em sua configuração *formal* mais racional pressupõe portanto a *luta do homem contra o homem*”¹². Aquilo que o cálculo capitalista faz com o homem se expressa mais incisivamente na definição abstrata do que em sua concretização; a desumanidade se encontra encerrada na racionalidade do balanço inicial ou, conforme o caso, final.

A figura “formal mais racional” do cálculo capitalista é aquela em que o homem e seus “objetivos entram somente como grandezas variáveis no cálculo de chances de ganho e de lucro. Nessa racionalidade formal a matematização é desenvolvida até chegar ao cálculo com a *negação da vida* real: como risco extremo da morte por inanição ela se converte entre os despossuídos em estímulo do agir econômico: “Para não-proprietários normalmente o estímulo decisivo para todo agir econômico em situações de interação econômica é: a) a coação do risco de total ausência de suprimento para si próprio e para os dependentes pessoais (filhos, mulheres, eventualmente pais) cujo sustento tipicamente o indivíduo assume [...]”¹³. Reiteradamente Max Weber define a racionalidade *formal* em contraposição a uma racionalidade *material*, em que o sustento econômico das pessoas é considerado “sob o ponto de vista de determinados postulados valorativos (os mais variados)”¹⁴.

Assim a racionalidade formal se encontra em conflito não somente com valores e metas “vinculadas à tradição” mas também com valores e metas revolucionárias. Como exemplo Max Weber menciona a antinomia entre racionalidade formal, por um lado, e por outro os esforços de superar a divisão de poderes (“república de conselhos, governos de convenções e comitês de salvação”)¹⁵, ou seja, com esforços de transformação radical da configuração do poder.

Mas a racionalidade formal tal como se expressa na economia capitalista é efetivamente tão formal assim? Examinemos mais uma vez sua definição:

“Aqui se designará como racionalidade formal de um agir econômico a medida do *cálculo* tecnicamente possível e efetivamente aplicada por ele. Um agir econômico se chama formal ‘racional’ conforme a medida em que a “previsão” essencial a toda economia racional pode se exprimir e se exprime em argumentações numéricas ‘calculáveis’ [...]”¹⁶.

Evidentemente, de acordo com essa definição uma economia totalmente planificada, e portanto uma economia não

capitalista, no sentido da racionalidade formal, seria mais racional do que a capitalista, que traz em si o limite de sua calculabilidade no interesse particular do empreendimento privado e na “liberdade” do mercado (seja qual for a sua regulamentação). Quando Max Weber afirma que uma tal economia de mercado planejada seria um retrocesso ou até realisticamente impossível, ele o faz inicialmente por razões tecnológicas: na moderna sociedade industrial a separação dos trabalhadores em relação aos meios de produção (*Betriebsmittel*) se tornou uma necessidade *técnica*, que exige direção e controle individual-privados dos meios de produção, isto é, o domínio na unidade produtiva do empresário pessoalmente responsável. Assim o fato histórico *material* do empreendimento capitalista privado se converte (no sentido de Max Weber) em elemento estrutural *formal* do capitalismo e do próprio agir econômico *racional*.

Contudo a função social racional do domínio individual sobre o empreendimento construído sobre a separação dos trabalhadores em relação aos meios de produção ainda vai além: para Max Weber ela é a garantia da *disciplina* produtiva técnica e economicamente necessária, que a seguir se converte em modelo de *toda* a disciplina exigida pela sociedade industrial moderna. O próprio socialismo, segundo Max Weber, se origina na disciplina da fábrica: “O moderno socialismo nasceu a partir dessa situação de vida, a partir da disciplina da fábrica”¹⁷. A “subordinação à disciplina do trabalho” nos termos da economia privada constitui assim, por um lado, a razão de uma *hierarquia pessoal*; por outro lado, porém, o domínio racional das coisas sobre os homens “quer dizer: dos meios sobre o fim (a satisfação das necessidades)”. Com estas palavras Max Weber cita uma tese do socialismo¹⁸; ele não a contesta, mas acredita que também a sociedade socialista não mudará nada no fato básico da separação dos trabalhadores dos meios de produção, simplesmente porque ela é a forma do progresso técnico, da industrialização. Também o socialismo permanece subordinado à sua racionalidade se pretende por sua vez permanecer fiel a sua própria promessa da satisfação universal das

necessidades e da pacificação da luta pela existência. O domínio das coisas sobre os homens pode ser despojado de sua irracionalidade, segundo Max Weber, unicamente no domínio racional dos homens sobre os homens. Portanto, inclusive para o socialismo a questão que se coloca é: “*Quem deverá assumir e comandar essa nova economia?*”¹⁹.

A industrialização seria apreendida nesses termos como destino do mundo moderno, e a questão decisiva para o destino da industrialização, tanto em termos capitalistas como socialistas, é: qual é a forma mais racional do domínio sobre a industrialização e, por essa via, sobre a sociedade? (“mais racional” ainda no sentido daquela racionalidade *formal*, determinada apenas pelo funcionamento calculável, regrado e contabilizado de seu próprio nexos). Mas esta racionalidade formal parece ter se transformado despercebidamente no curso do desenvolvimento do conceito: na medida em que se converte em questão de dominação ela se subordina por força de sua própria racionalidade interna a uma outra, a saber, a razão da dominação. Justamente na medida em que essa racionalidade formal não ultrapassa seu próprio nexos, tendo apenas seu próprio sistema como norma do cálculo e do agir calculadamente, ela é determinada “a partir do exterior”, por algo outro que não ela mesma — assim, conforme a própria definição de Max Weber, a razão se torna “material”. Pois não há nenhuma relação que não seja *posta* e, enquanto *posta*, seja dependente; no *continuum* da história em que se desenvolve todo o agir econômico, toda razão econômica sempre é a razão da dominação, que determina o agir econômico como histórico-social. O capitalismo “científico” mais matematizado permanece como *dominação* matematizada, tecnologizada sobre pessoas, e o socialismo mais científico, tecnológico é construção ou derrubada de dominação.

Quando, assim, na obra de Max Weber, a análise formal do capitalismo se torna análise de formas de dominação, não se trata de uma ruptura no conceito e no método; a pureza se revela ela própria como impura — não porque Max Weber foi um sociólogo incompetente ou inconseqüente, mas porque ele

conhecia seu objeto: a verdade se converte em crítica, em acusação, e a acusação se torna função da verdadeira ciência. Se já o *Discurso de posse* subordinava de maneira provocativa a ciência da economia à política, à luz da obra conjunta de Weber esse *tour de force* se revela como sendo a lógica interna de seu método: a ciência de vocês deve permanecer “pura”, só assim vocês poderão permanecer fiéis à verdade. Mas essa verdade obriga vocês a aceitar o que a partir “do exterior” determina os objetos da ciência de vocês; sobre isso vocês não têm nenhum poder. A neutralidade axiológica de vocês é tão necessária quanto ilusória: a neutralidade só é *efetivamente real* quando provida do poder de evitar interferências; quando não, ela se torna vítima e auxiliar de todo poder que pretende utilizar. A racionalidade formal do capitalismo atingiu seus limites internos em dois lugares: no fato dado da *iniciativa empresarial privada*, na existência do “trabalhador livre” e no fato dado da separação do trabalhador em relação aos meios de produção do *trabalho livre*.

Para Max Weber esses dois fatos pertencem à racionalidade específica do capitalismo²⁰; para ele, constituem necessidades tecnológicas. Como tais, em sua opinião, eles fundam a dominação como elemento integral da racionalidade capitalista e mesmo econômica na moderna sociedade industrial. Se for assim, então a dominação precisa ela própria ser demonstrada como forma da moderna racionalidade econômica; Max Weber tenta fazê-lo na análise da *burocracia*.

A dominação burocrática é inseparável da industrialização progressiva: ela transfere a eficiência maximizada da produção industrial para a sociedade como um todo. Ela é a forma de dominação formal-racional por força de sua “precisão, constância, disciplina, rigidez e confiabilidade, portanto: calculabilidade tanto para os donos como para os interessados [...]”²¹, e ela é tudo isso porque é “dominação por força do saber”, saber verificável, calculável e calculador, saber especializado. No fundo o domínio aqui é do *aparelho*, pois o domínio sobre o aparelho erigido sobre o saber especializado só o é quando adap-

tado a todas as suas exigências e possibilidades técnicas. Por isso o domínio do aparelho “é possível ao não-especialista apenas de maneira limitada: o conselheiro especialista em geral a longo prazo suplanta o ministro não-especialista”²².

Max Weber destaca novamente que qualquer “socialismo racional [...] precisa simplesmente assumir e aprofundar” a administração burocrática, justamente porque ela é dominação puramente *material-objetiva* (*sachlich*), exigida pela própria coisa objetiva (*Sache*), válida por igual nas mais diferentes instituições e finalidades políticas, culturais e morais. E a coisa objetiva é, ela própria, o aparelho dado, cada vez mais produtivo e eficiente, calculando com precisão sempre crescente.

A administração científico-especializada do aparelho como dominação racional-formal: eis a reificação (*Verdinglichung*) da razão — reificação *como* razão —, apoteose da reificação. Mas a apoteose se converte em sua negação, precisa se tornar sua negação. Pois o aparelho que impõe sua própria administração objetiva constitui ele próprio um instrumento, um meio — e não existe um meio “em si”. Por mais produtivo, reificando que seja um aparelho, trata-se de um meio para um fim fora dele. No que concerne ao aparelho econômico do capitalismo: não basta focalizar a satisfação das necessidades como sendo esse fim. O conceito é demasiado geral, demasiado abstrato no mau sentido. Pois, como o próprio Max Weber constatou, a satisfação das necessidades é muito mais um produto lateral, de acompanhamento, do que um fim do agir econômico capitalista — um produto de acompanhamento subordinado ao lucro.

Necessário e “formal-racional”, enquanto ainda não se pode dispensar as pessoas vivas como consumidores (como produtores em parte já se tornaram desnecessárias), contudo já hoje se vende muito para armazéns — destruição e uma existência desumana embaixo da terra. Mas, quando a administração burocrática em toda a sua racionalidade permanece meio e, portanto, dependente, então, enquanto racionalidade, ela tem seu próprio limite: a burocracia se subordina a um poder extra-burocrático e superior à burocracia — a um poder “alheio à

empresa produtiva”. E se a racionalidade se concretiza na administração e *somente nela*, então o poder legislador precisa ser *irracional*. O conceito weberiano de razão termina no *carisma* irracional.

De todos os conceitos de Weber, o de carisma é talvez o mais questionável; já enquanto vocábulo encerra o preconceito que fornece uma consagração quase religiosa a todo tipo de dominação bem-sucedida, presumidamente pessoal. O conceito, ele próprio, não está em discussão aqui; deverá ser investigado apenas enquanto servir para esclarecer a dialética entre racionalidade e irracionalidade na sociedade moderna. A dominação carismática aparece como estágio em um processo de desenvolvimento duplo: por um lado o carisma tende a reverter em uma dominação de interesses consolidados e a organização burocrática desta; por outro lado a organização burocrática se subordina a si própria a um ápice de carisma.

No capítulo “Transformação do Carisma”, Max Weber descreve como a dominação carismática pura tende a se converter em uma “propriedade permanente”; nesse processo ela é submetida “às condições do cotidiano e às forças que as dominam, sobretudo: aos interesses econômicos”²³. O que começa como carisma do indivíduo e de seu séquito pessoal se completa na dominação de um aparelho burocrático de funções e direitos adquiridos, em que os dominados em termos do carisma se convertem em “súditos” regulares, cumpridores de suas obrigações e pagadores de impostos.

Entretanto essa administração racional de massas e coisas não pode dispensar o ápice carismático irracional. Pois a administração, justamente na medida em que é efetivamente racional, tenderia à superação da dominação (administração de coisas); mas o aparelho administrativo sempre foi edificado no plano da dominação, sendo instituído com o objetivo de conservação e fortalecimento desta. Assim, à democratização exigida pela administração racional corresponde uma paralela limitação e manipulação da democratização. A dominação como privilégio de interesses particulares, por um lado, e autodeter-

minação como expressão de interesses gerais, por outro, precisam assim ser forçados à reunião. Essa solução forçada e simultaneamente formal-racional, isto é, tecnicamente eficiente, da contradição tem sua manifestação clássica na democracia plebiscitária²⁴, em que as massas periodicamente depõem seus líderes e lhes determinam a política — em condições preestabelecidas e bem controladas pelos líderes. Desse modo, para Max Weber a igualdade do direito de eleição constitui não apenas resultado da dominação mas também instrumento da dominação no período de sua perfeição técnica. A democracia plebiscitária é a expressão política da irracionalidade convertida em razão.

De que modo essa dialética da razão (isto é, da *ratio formal*) se expressa no desenvolvimento do capitalismo? Seu poder prosaico se opõe à idéia do carisma, e Max Weber é cauteloso na aplicação desse termo à sociedade industrial atual, embora sua postura e mesmo sua linguagem durante a guerra e contra a revolução muitas vezes se tenha aproximado bastante da decadência carismática. Contudo a *coisa* encontra-se exposta em toda a clareza para ele: a razão formal do aparelho administrativo técnico-completo se subordina ao irracional. A análise da burocracia de Max Weber rompe a ocultação ideológica; muito à frente de sua época, ele revela o caráter de aparência ilusória da moderna democracia de massas com sua pretensa igualização e assimilação dos contrastes de classe. Com efeito, a administração burocrática do capitalismo industrial é um “nivelamento”, mas “o decisivo aqui é exclusivamente o *nivelamento dos dominados* frente aos grupos dominantes articulados burocraticamente, que aqui por sua vez podem muito bem possuir de fato, embora com frequência também formalmente, uma posição bem autocrática”²⁵. Repetidamente ele insiste em que justamente o aparelho administrativo tecnicamente perfeito *por força de sua racionalidade formal* é “um instrumento de poder de primeira ordem” para “quem dispõe do aparelho burocrático”. “A vinculação do destino material da massa ao contínuo funcionamento correto das organizações capitalistas

privadas burocraticamente ordenadas aumenta continuamente e a idéia da possibilidade de sua eliminação se torna assim cada vez mais utópica.”²⁶ Trata-se da dependência total do funcionamento de um aparelho onipresente que se converte em “fundamento de toda ordem”, de maneira que o aparelho ele próprio já não é posto em questão. A “atitude incutida de aceitar um enquadramento obediente naquelas disposições ordenadas” converte-se em cimento da submissão, que como tal já não se torna consciente, porque a ordem à qual se submete é, ela própria, terrivelmente racional, isto é, administra e possibilita calcular o mundo das mercadorias e dos serviços, imperscrutável e inacessível às pessoas individualmente. — Max Weber não mais presenciou como, na própria eficiência de sua razão, o capitalismo desenvolvido torna mesmo a destruição planejada do trabalho desta em fonte de maior e melhor prosperidade, como mesmo a loucura explícita se converte em fundamento não apenas da continuidade mas, inclusive, de uma vida mais prazerosa. Ele já não vivenciou a *affluent society* que, em face da miséria desumana e da crueldade sistemática fora de suas fronteiras, desperdiça suas incríveis forças técnicas, materiais e intelectuais, malversando-as para a mobilização permanente. Já antes do desdobramento do poder dessa razão ele alertou para o perigo que existe de que o aparelho administrativo burocrático racional, por força de sua própria racionalidade, se subordine a um centro de poder alheio.

À primeira vista parece evidente, no âmbito da formação conceitual weberiana, que a administração da sociedade industrial requer uma direção acima e fora dela: “Toda administração necessita de algum modo de uma estrutura de dominação, pois para dirigi-la sempre é necessário entregar algum poder de mando a alguém”²⁷. Num “sentido material” da questão, o empresário capitalista é tão pouco funcionário especializado quanto o é o monarca à frente de seu reino. Dele não se exigem qualificações técnicas: “Portanto a dominação burocrática tem à sua frente inevitavelmente um elemento que, no mínimo, não é puramente burocrático”²⁸. “Inevitavelmente”, porque a ra-

cionalidade axiologicamente neutra da administração depende de valores e metas do exterior. Em seu *Discurso de posse* Max Weber definira o poder político do Estado nacional como atribuição de valores e metas à economia; por essa via o capitalismo era definido como *imperialismo*.

Em *Economia e Sociedade* alguns traços característicos da economia imperialista são nomeados e reunidos no conceito de “capitalismo politicamente orientado”. Assim se afirma: “Desde o início está claro que aqueles acontecimentos politicamente orientados que possibilitam estas possibilidades de produção (políticas), vistos por uma perspectiva econômica, pela orientação conforme oportunidades de mercado [...], são irracionais.”²⁹ Enquanto são irracionais, podem ser substituídos por outros. O domínio sobre a economia política não só dispensa a qualificação técnica, mas ela é altamente fungível.

Assim o capitalismo com toda sua racionalidade (ou justamente por causa da sua racionalidade específica) culmina em uma ponta irracional, “acidental” — não somente na economia, mas também no domínio sobre a própria administração burocrática, na administração do Estado. (Aqui é difícil não pensar na *Filosofia do Direito* de Hegel, em que o Estado da sociedade civil, o Estado de Razão, culmina na pessoa “acidental” do monarca determinado pela contingência do nascimento; tanto em Hegel como em Weber a análise da razão burguesa explicita a sua razão: ela nega a si mesma em sua realização plena.)

Retornemos agora brevemente aos estádios da formação conceitual (e da própria coisa). O capitalismo ocidental surge sob as condições sociais, políticas e econômicas determinadas do final da Idade Média e da Reforma; ele desenvolve seu “espírito” naquela racionalidade formal que se impõe na posição e no comportamento psicológico e econômico dos pregadores do processo capitalista (mas não de seus objetos!). A industrialização ocorre sob essa *ratio* formal: progresso técnico e crescente satisfação das necessidades, “não importando de quais necessidades” se trate. Vimos que essa racionalidade formal se

desenvolve com base em dois fatos históricos bastante *materiais*, conservados em seu desenvolvimento e que (conforme Max Weber) são *condições* do capitalismo, a saber: 1. a iniciativa empresarial privada, e 2. o “trabalho livre”, a existência de uma classe obrigada a vender seus serviços “economicamente”, “sob a imposição do flagelo da fome”³⁰. Enquanto são forças produtivas, essas condições materiais perpassam a *ratio* formal — o capitalismo se amplia na luta competitiva de poderes desiguais (mas formalmente livres): a luta pela existência das pessoas, dos Estados nacionais, das alianças internacionais. No estágio atual (conforme Max Weber) o capitalismo se encontra sob a imposição de fins do poder político nacional: ele é imperialismo. Mas sua administração interna continua sendo dominação formal-racional-burocrática. Ela administra a dominação das coisas sobre as pessoas: técnica racional, “axiologicamente neutra”, significa separação dos homens em relação aos meios de produção, sua subordinação à eficiência e às necessidades técnicas — no plano da economia da produção privada. É a máquina que determina, mas a “máquina” desprovida de vida é espírito coagulado. Só esse fato lhe confere o poder de obrigar os homens a servi-la [...]”³¹. Mas por ser “espírito coagulado”, ela também é dominação dos homens sobre os homens: assim *essa* razão técnica reproduz a escravização. A subordinação à técnica converte-se em subordinação à dominação em geral; a racionalidade técnica formal se torna racionalidade política material (ou seria o contrário, já que desde o início a razão técnica era a dominação do empreendimento privado sobre o trabalho “livre”?). Coagido pela razão, realiza-se o destino tal como previsto genialmente por Max Weber em uma de suas formulações mais gratas: “Em conjunto com a máquina desprovida de vida ela [a organização burocrática] encontra-se elaborando o casulo daquela servidão do futuro, em que talvez algum dia os homens, tal como os felás no Estado do antigo Egito, impotentes, se vejam obrigados a se submeterem, *quando uma administração boa no sentido puramente técnico, e isso significa uma administração e um abastecimento*

por funcionários, se torne o derradeiro e único valor a decidir acerca do tipo de direção de seus interesses”³².

Mas justamente nesse ponto extremo, em que a análise de Max Weber se reverte em autocrítica, revela-se o quanto ela mesma permanece tributária daquela outra identificação: a equiparação entre razão técnica e capitalista-burguesa. Esta situação o impede de perceber que não é a razão técnica, formal, “pura”, mas a razão da dominação que produz o “casulo da servidão”, e que a *realização plena* da razão técnica pode muito bem se converter em instrumento da *libertação* dos homens. Em outros termos: a análise do capitalismo de Max Weber não foi suficientemente neutra no que se refere aos valores, na medida em que introduziu os valores específicos do capitalismo nas definições “puras” da racionalidade formal. Assim se desenvolveu a contradição entre racionalidade formal e material, cujo reverso é a neutralidade da razão técnica em face de todos os valores materiais exteriores a ela. Por sua vez essa neutralidade possibilitaria a Max Weber aceitar o interesse (*reificado*) da nação e seu poder político como valores que determinam a razão técnica.

O conceito de razão técnica talvez seja ele próprio ideologia. Não somente sua aplicação mas já a técnica ela mesma é dominação (sobre a natureza e sobre os homens), dominação metódica, científica, calculada e calculista. Determinados fins não são impostos apenas “posteriormente” e exteriormente à técnica — mas eles participam da própria construção do aparelho técnico; a técnica é sempre um *projeto* sócio-histórico; nela encontra-se projetado o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pretendem fazer com o homem e com as coisas. Uma tal “finalidade” da dominação é “material”, e nesta medida pertence à própria forma da razão técnica.

Max Weber fez abstração dessa matéria social inalienável. Nós destacamos o direito dessa abstração na análise da razão capitalista: a abstração se converte em *crítica* dessa razão, na medida em que revela até que ponto a própria racionalidade capitalista abstrai do homem, é “indiferente” em face

de suas necessidades, tornando-se nessa indiferença cada vez mais produtiva e eficiente, cada vez mais calculista e metódica — erigindo assim o “casulo da servidão”, instalando-o (com muito luxo) e generalizando-o. Eis até que ponto a abstração de Max Weber se encontra saciada por seu material: ela emite o juízo racional acerca da sociedade mercantil racional. Contudo, em seu desenvolvimento esta tende a superar seus próprios pressupostos materiais — o empresário privado já não é mais o sujeito auto-responsável da racionalidade econômica, e o “trabalho livre” já não é escravização imposta pela ameaça do “flagelo da fome”. A sociedade da troca em que tudo acontece com tanta liberdade e racionalidade se subordina à dominação de monopólios econômicos e políticos. O mercado e suas liberdades, cujo caráter ideológico Max Weber denunciou com muita frequência, se submetem a uma regulação assustadoramente efetiva, em que o interesse geral é incisivamente determinado e marcado pelos interesses particulares dominantes. Assim a reificação seria superada num mau sentido. Na separação dos meios de produção (*Betriebsmitteln*) em que Max Weber viu muito acertadamente uma necessidade técnica, converte-se numa subordinação do todo a seus gerentes calculistas. A racionalidade formal do capitalismo celebra seu triunfo nos *computadores eletrônicos* que calculam tudo independentemente de sua finalidade, que são empregados como instrumentos poderosos da política de manipulação e que calculam com probabilidade máxima as chances de lucros e de perdas — inclusive a chance de destruição do todo, com a anuência de uma população igualmente objeto de cálculo e obediente. A democracia de massas se torna plebiscitária, inclusive no plano econômico e científico: até mesmo ao escolherem seus líderes (*Führer*) as massas se encontram no “casulo da servidão”.

Mas se a razão técnica se revela nesses termos como razão política, então isto ocorre unicamente porque, desde o início, já era *esta* razão técnica e *esta* razão política: delimitada pelo interesse determinado da dominação. Enquanto razão po-

lítica, a razão técnica é *histórica*. Se a separação dos meios de produção é necessidade técnica, a servidão por ela organizada não o é. Com base em suas próprias conquistas — a mecanização produtiva e calculável —, esta separação adquire a possibilidade de uma racionalidade qualitativamente diferente, em que a separação dos meios de produção se converte em separação dos homens do próprio trabalho socialmente necessário mas que o destrói. No estágio da produção automática administrada pelos homens assim libertados, as finalidades formal e material já não seriam necessariamente “antinômicas” — e nem a razão formal se imporia “indiferentemente” por entre e por cima dos homens. Pois enquanto “espírito coagulado” a máquina não é neutra; a razão técnica é a razão social em cada caso dominante; ela pode ser transformada em sua própria estrutura. Enquanto razão técnica ela só pode ser convertida em técnica da libertação.

Max Weber não percebeu essa possibilidade intrínseca à própria técnica. Orgulhoso do burguês que considerava ser, ele era fascinado pela missão histórica da burguesia: ser o portador da civilização e da cultura. Ele vinculou sua própria razão à da burguesia. Não chegou a assistir à decadência desta na sociedade de massas do capitalismo em seu apogeu. Contudo, em sua análise da tendência à democracia de massas plebiscitária e à subordinação da burocracia racional sob líderes irracionais, encontra-se uma antevisão — até mesmo em suas limitações se mostra a superioridade de sua sociologia em face de toda pseudoconcretude desprovida de teoria.

Tradução de Wolfgang Leo Maar

Notas

1. Título original: *Industrialisierung und Kapitalismus im Werk Max Webers*, Conferência no XV Congresso de Sociólogos da Alemanha (Deutscher Soziologentag), Heidelberg, 1964.

A contribuição de Marcuse procura levar avante a crítica da economia política sem deixar de considerar, porém, as dificuldades provenientes da própria racionalidade consolidada pelo sistema, que obstruem qualquer esquema do tipo “contradição entre forças produtivas e relações de produção”. Neste sentido ela não apontaria — como Habermas, procurando se aproximar posteriormente de Weber, pretende em seu *Técnica e ciência como ideologia* — para uma outra racionalidade, comunicativa, além “da” racionalidade técnico-instrumental. Como destaca explicitamente o texto — vejam-se os últimos parágrafos, onde se apresenta a crítica a Weber —, “a” racionalidade axiologicamente neutra é “uma” forma social reificada da racionalidade politicamente motivada. Assim há que se entender a proposição marcuseana de explicitação de nexos entre ciência, sociedade e natureza diferentes dos presentes na racionalidade social do capitalismo desenvolvido. (N. do T.)

2. *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, Tübingen 1924, p. 419.

3. *Idem*, p. 402.

4. Apresentação ao “Volume 1” de *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, Tübingen, 1920, pp. 1 ss.

5. *Idem*, pp. 4 ss.

6. O termo alemão *Erwerb* tem o significado de prática voltada para o ganho, intenção de rendimento; para Weber, o capitalismo corresponderia a um impulso humano “natural”, essencial, para o ganho (*Erwerbstrieb*)! Esse impulso seria praticado num empreendimento, numa empresa, *Betrieb*; ainda neste sentido, *Betriebswirtschaft* significa microeconomia, economia no plano empresarial. Assim também o texto de Marcuse, comentando Weber, se refere a *Betriebsmittel*, meios de produção no plano empresarial, e *Betriebsgüter*, bens de produção no plano empresarial. Na denominação marxista, em alemão se diria *Produktionsmittel*, *Produktionsgüter*. Usando aquela terminologia, Marcuse ressoa a focalização weberiana, para a qual a lógica microeconômica, calculista e formal, da empresa capitalista constitui o modelo e pano de fundo para apreender a racionalidade social. (N. do T.)

7. A documentação se encontra compilada e analisada de modo exemplar em Wolfgang J. Mommsen, *Max Weber und die deutsche Politik*, Tübingen, 1950.

8. *Gesammelte politische Schriften*, München, 1921, pp. 20 ss.

9. *Idem*, p. 27.

10. *Op. cit.*, p. 29.

11. *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen, 1922, p. 48.
12. *Idem*, p. 49.
13. *Idem*, p. 60 (destaque H. Marcuse).
14. *Idem*, p. 44.
15. *Idem*, p. 167.
16. *Idem*, pp. 44, 45.
17. *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, *op. cit.*, p. 501 ("O Socialismo").
18. *Idem*, p. 502.
19. *Idem*, p. 511.
20. *Wirtschaft und Gesellschaft*, *op. cit.*, pp. 19-23.
21. *Idem*, p. 128.
22. *Wirtschaft und Gesellschaft*, *op. cit.*, p. 129.
23. *Wirtschaft und Gesellschaft*, *op. cit.*, p. 762.
24. *Idem*, pp. 156 ss., 174, 763 ss.
25. *Idem*, p. 667.
26. *Idem*, p. 669.
27. *Idem*, p. 607.
28. *Idem*, p. 127.
29. *Idem*, p. 96.
30. *Idem*, p. 240.
31. *Gesammelte politische Schriften*, *op. cit.*, p. 151.
32. *Idem*, p. 151.

Ética e revolução¹

Gostaria de discutir a relação entre ética e revolução tomando como fio condutor a seguinte questão: pode uma revolução ser justificada como oportuna, boa, talvez mesmo necessária, e em sentido não apenas político (enquanto servindo a interesses determinados) mas também ético, quer dizer, justificada no que diz respeito à constituição humana como tal, ao potencial do homem numa situação historicamente dada? Isso significa que conceitos éticos como "justo" ou "bom" serão aplicados a movimentos sociais e políticos, o que implica a hipótese de que a avaliação moral de tais movimentos é (num sentido a ser definido) mais que subjetiva, mais que uma questão de gosto. Nessa hipótese, "justo" e "bom" significariam o que serve para estabelecer, promover ou ampliar a liberdade e a felicidade humanas numa coletividade, independentemente da forma de governo. Esta definição preliminar vincula o bem individual e o bem geral, o bem privado e o bem público. Ela tenta recuperar uma idéia fundamental da filosofia política clássica, freqüentemente reprimida, a saber, que o fim do governo é não apenas a maior liberdade possível mas também a maior felicidade possível do homem, quer dizer, uma vida sem medo e sem miséria, uma vida em paz.

Aqui deparamos com a primeira questão complicada: quem determina o interesse geral de uma coletividade e, assim sendo, o alcance e os limites da liberdade e da felicidade individuais e os sacrifícios impostos à liberdade e à felicidade individuais em nome e no interesse da coletividade? Quem pode determiná-lo, e com que direito? Pois enquanto o bem geral e